

**ATA DA 224ª REUNIÃO ORDINÁRIA  
DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**

1 **LOCAL:** Sala de Reuniões do CES Conselheiro Osvaldo de Oliveira Maciel, Rua Esteves  
2 Júnior, 160 - 8º Andar – Centro – Florianópolis/SC.

3 **DATA:** 08/05/2017

4 **HORÁRIO:** 14:00 horas

5 **PRESENTES**

6 **CONSELHEIROS TITULARES**

7 Beatriz Minatto (MS)

8 Bernard Van de Meene (Ass. de Aposentados e da Terceira Idade)

9 Clécio Antônio Espezim (SES)

10 Cleia Clemente Aparecida Giosole (Ass. Moradores)

11 Daniele Soares Almeida (Trabalhadores Rurais)

12 Eduardo Marques Maccário (SES)

13 Francieli dos Santos (FEHOESC)

14 Francine Iagher (Ass. Patronais Comércio e Serviços, Indústrias e Agricultura)

15 Gisele Kraieski Knabben (Ass. Patronais Comércio e Serviços, Indústrias e Agricultura)

16 Helena Edília Lima Pires (Ass. Port. Patologia e/ou Deficiência)

17 Helga Regina Bresciani (Conselho Reg. Área da Saúde)

18 Jorge dos Passos Corrêa Cobra (Associações Profissionais Área da Saúde)

19 Karina Cardoso G. Zimmermann (Associações Profissionais Área da Saúde)

20 Leonilda Delourdes Gonçalves (Organizações Religiosas)

21 Maria Izabel Giroto (Trabalhadores Urbanos)

22 Mario Bastos (SES/SC)

23 Nayana Setubal Bittencourt (Ass. Patronais Comércio e Serviços, Indústrias e Agricultura)

24 Nereu Sandro Espezim (Sindicatos Profissionais Área da Saúde)

25 Pedro Cezar Peliser (FEHOSC)

26 Sônia Teresinha Bodanese (COSEMS/SC)

27 Vanessa Andrea de Souza Baulé (Sindicatos Profissionais Área da Saúde)

28 **CONSELHEIROS SUPLENTES**

29 Clarinda da Luz Durigon (Ass. Moradores)

30 **JUSTIFICATIVAS DE AUSÊNCIA**

31 Clóvis Thadeu Rabello Improta (Sindicatos Profissionais Área da Saúde)

32 **DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS**

33 A 224ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Saúde teve início às 14h10min,  
34 com a presença dos Conselheiros acima nominados e sob a coordenação da Presidente, Cléia  
35 Aparecida Clemente Giosole.

36 **APROVAÇÃO DA ATA**

37 *A Ata da sessão de abril foi aprovada.*

38 **DOCUMENTOS RECEBIDOS E EXPEDIDOS**

39 C.I.Nº 21/2017/Ouvidoria/SES/SC, a qual encaminha demandas cujos espelhos seguem  
40 anexos, para conhecimento e providências do CES;

41 CONVITE/CMS/São José, o qual convida a Presidente do CES a participar da 1ª da Etapa  
42 Macrorregional da Conferência de Saúde da Mulher,

43 C.I.Nº 284/2017/Gerência de Convênios/SES/SC, a qual encaminha em anexo cópia do Ofício  
44 Gabs nº 00185/2017, o qual solicita prorrogação do prazo do Convênio Federal nº  
45 799598/2013;

46 C.I.Nº 285/2017/Gerência de Convênios/SES/SC, a qual encaminha em anexo cópia do Ofício  
47 Gabs nº 00186/2017, o qual solicita prorrogação do prazo do Convênio Federal nº  
48 773464/2012;

49 C.I.Nº 195/2017/GEAUD, a qual encaminha o Relatório de Auditoria/DIPA do mês de março  
50 de 2017;

51 Ofício Nº 042/2017/CMS/Blumenau/SC, o qual manifesta sua insatisfação em relação ao  
52 envio de documentos referentes as Conferências de Saúde da Mulher e Vigilância em Saúde;  
53 C.I.Nº 228/2017/GESOS/SES/SC, a qual informa a ausência dos representantes do CES na  
54 reunião da CAF do Hospital Florianópolis;  
55 C.I.Nº 237/2017/GESOS/SES/SC, a qual informa a ausência dos representantes do CES na  
56 reunião da CAF do Hospital Regional Terezinha Gaio Basso.

57 **ITEM I – RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO DE 2016 – Votação;**

58 O Coordenador da Comissão Permanente de Acompanhamento Orçamentário, Bernard  
59 Van de Menne, relatou que somente tiveram presentes na reunião desta comissão pela manhã,  
60 três Conselheiros, contudo, a comissão chegou a conclusão de que o conteúdo do documento  
61 analisado deixa a desejar, porém esse não é o mérito da avaliação. Disse que a Comissão  
62 Permanente de Acompanhamento Orçamentário recomenda a aprovação do Relatório Anual de  
63 Gestão de 2016 e da Prestação de Contas do 3º Quadrimestre de 2016.

64 A Presidente Cléia Aparecida Clemente Giosole colocou em votação o Relatório Anual  
65 de Gestão – SES/2016.

66 O Relatório Anual de Gestão – SES/2016 foi aprovado por maioria, com a abstenção  
67 da Conselheira Helga Regina Bresciani.

68 **ITEM II – PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2016 – Votação;**

69 A Presidente Cléia Aparecida Clemente Giosole colocou em votação a Prestação de  
70 Contas do 3º Quadrimestre/SES 2016.

71 A Prestação de Contas do 3º Quadrimestre/SES 2016 foi aprovada por maioria, com a  
72 abstenção da Conselheira Helga Regina Bresciani.

73 **ITEM III – INDICADORES DO PACTO INTERFEDERATIVO DE 2017 – Votação;**

74 O Coordenador da Comissão Permanente de Acompanhamento Orçamentário, Bernard  
75 Van Menne, disse que não foi apreciado pela comissão esse tema na reunião pela manhã.  
76 Falou que deixa para os Conselheiros decidirem pela aprovação ou não do instrumento, já que  
77 todos tiveram acesso à apresentação feita pela Gerência de Planejamento da SES e que o papel  
78 dos Conselheiros é o de acompanhar se as metas estão sendo alcançadas, já que os indicadores  
79 vêm quase pronto do Ministério da Saúde. Disse que a comissão recomenda a aprovação dos  
80 Indicadores do Pacto Interfederativo de 2017.

81 A Conselheira Helga regina Bresciani solicitou melhores esclarecimentos sobre os  
82 indicadores e questionou se o que vêm pronto do Ministério da Saúde é suficiente para o  
83 Estado.

84 A Presidente Cléia Aparecida Clemente Giosole colocou em votação o parecer da  
85 Comissão Permanente de Acompanhamento Orçamentário, que recomenda a aprovação da  
86 Indicadores do Pacto Interfederativo de 2017, todos aprovaram.

87 O Conselheiro Nereu Sandro Espesim falou que há uma necessidade, pelos  
88 conselheiros, de um maior esclarecimento dos instrumentos de gestão e sugeriu que fosse  
89 realizada uma oficina no dia 07/06/17, pela manhã, para tratar do assunto.

90 O Conselheiro Pedro Cezar Peliser disse que os nomes indicados constarão em  
91 Portaria, para análise do Plano Plurianual de Saúde, e que a Comissão Permanente de  
92 Acompanhamento Orçamentário solicitou na reunião, pela manhã, a realização de uma  
93 capacitação para entender os instrumentos de gestão.

94 A Presidente Cléia Aparecida Clemente Giosole falou que todos os membros da  
95 Comissão Permanente de Acompanhamento Orçamentário farão parte da Portaria, criada para  
96 revisão do Plano Plurianual e perguntou se mais algum Conselheiro gostaria de representar o  
97 CES nessa Portaria. A única que manifestou interesse foi a própria Presidente que ainda, falou  
98 da outra proposta de capacitação para a Comissão Permanente de Acompanhamento  
99 Orçamentário de análise dos instrumentos de gestão utilizados pela SES.

100 A Técnica da Gerência de Planejamento, Silvia Zardo, falou que na reunião da  
101 Comissão Permanente de Acompanhamento Orçamentário, ocorrida pela manhã, os membros,  
102 juntamente com as técnicas da Gerência de Planejamento, chegaram a sugestão da realização  
103 de uma capacitação, para tratar dos instrumentos de gestão. Disse que, caso seja aprovado pelo

104 Pleno, o CES encaminhe uma solicitação à Gerência de Planejamento, para levantamento dos  
105 nomes que irão ministrar essa capacitação.

106 A Presidente Cléia Aparecida Clemente Giosole colocou em votação a proposta da  
107 Capacitação, no dia 07/06/17 (manhã), para tratar dos instrumentos de gestão, todos  
108 aprovaram.

109 **ITEM IV – MOÇÃO DE REPÚDIO APRESENTADA PELA FRENTE CATARINENSE**  
110 **DE DEFESA DA SAÚDE CONTRA OS CURSOS EAD NA ÁREA DE FORMAÇÃO –**

111 **Votação;**

112 A Conselheira Clarinda da Luz Durigon, membro da Comissão Permanente Pelo  
113 Cumprimento dos Princípios Éticos e Legislação do SUS, leu o parecer da comissão a respeito  
114 da proposta de moção, apresentada pela Frente Catarinense de Defesa da Saúde Contra os  
115 Cursos EAD na Área de Formação.

116 *Parecer da Comissão Permanente pelo Cumprimento dos Princípios Éticos e Legislação do*  
117 *SUS:*

118 *Considerando o que preconiza o Art. 200, item III, da Constituição Federal, que compete ao*  
119 *Sistema Único de Saúde, além de outras atribuições, nos termos da lei, ordenar a formação*  
120 *de recursos humanos na área da saúde;*

121 *Considerando a Lei 8080/1990, que dispõe sobre as condições para Promoção Proteção e*  
122 *Recuperação da Saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá*  
123 *outras providências;*

124 *Considerando que a Assistência em Saúde de Qualidade e Segurança tem como base*  
125 *Conhecimentos Teóricos e Práticos;*

126 *Considerando que a Formação inadequada causam prejuízos à Assistência a Saúde da*  
127 *População;*

128 *Considerando que o Conselho Nacional de Saúde se posicionou contrário ao Ensino, na área*  
129 *da Saúde, totalmente à Distância pela Resolução 515/2016;*

130 *A Comissão Permanente pelo Cumprimento dos Princípios Éticos e Legislação do SUS é*  
131 *favorável a Moção de Repúdio apresentada, e indica a aprovação por este Pleno. Além disso*  
132 *sugerimos que seja acrescentado na Moção o Ensino Profissionalizante.*

133 A Presidente Cléia Aparecida Clemente Giosole colocou em votação o parecer, que é  
134 favorável à moção com alteração e todos aprovaram.

135 **ITEM V – SITUAÇÃO DOS MEDICAMENTOS DISPENSADOS PELO ESTADO AOS**  
136 **MUNICÍPIOS;**

137 A Diretora de Assistência Farmacêutica, Maria Tereza Bertoldi Agostini, fez a  
138 apresentação sobre o tema.

139 A Presidente agradeceu a apresentação e perguntou quantos medicamentos, elencados  
140 estão faltando.

141 O Diretor de Compras e Logística, Elias Batisti, respondeu que estão faltando 87% dos  
142 itens de judicialização, 67 dos 240 itens do componente especializado, e na hospitalar 25% dos  
143 itens estão em falta. Disse que isso é reflexo da dificuldade financeira e orçamentária  
144 enfrentada pelos Municípios e Estado, e que a SES está fazendo o possível, dentro do  
145 orçamento disponível.

146 O Conselheiro Nereu Sandro Espezim perguntou qual foi a economia para o estado  
147 com a terceirização do serviço de logística, e se existe uma previsão para solucionar o  
148 problema da falta de medicamentos.

149 Elias Batisti, Diretor de Compras e Logística, respondeu que houve uma economia de  
150 aproximadamente 400 mil reais, e que o 1% a mais previsto para a saúde será alocado para  
151 tentar regularizar o estoque.

152 A Conselheira Karina Cardoso G. Zimmermann perguntou se a parte de curativos entra  
153 no orçamento previsto.

154 A Diretora de Assistência Farmacêutica, Maria Tereza Bertoldi Agostini, respondeu  
155 que existem programas em sua diretoria de cunho ambulatorial, que o fornecimento de placas  
156 e curativos é feito nas Unidades Hospitalares. E disse que, em relação a programação, sua

157 diretoria recebe a demanda, analisa o processo para deferimento, e é feita uma programação  
158 baseada na necessidade de consumo. E, em relação à programação para compras, disse que  
159 costumam trabalhar com o consumo médio mensal e consumo histórico, e colocam o  
160 crescimento vegetativo de mais ou menos 20 %, e mandam com 6 meses de antecedência o  
161 pedido de licitação, para evitar a descontinuidade, porém há casos de descontinuidade por falta  
162 do medicamento específico, foi o caso da penicilina.

163 O Gerente de Bens Judiciais, Amarildo, falou, em relação à programação, que fica  
164 muito difícil fazer uma programação, já que os pedidos de medicamentos, na esfera judicial,  
165 são muitas vezes suspensos por vários fatores, e isso complica muito a programação.

166 A Conselheira Helga Regina Bresciani falou que, conforme noticiário, houve um  
167 aumento de 40% de casos de Sífilis em Santa Catarina, e perguntou se, ambulatorialmente, já  
168 foi regularizada a distribuição de medicamentos para Sífilis. E perguntou, se com essa crise, o  
169 Ministério da Saúde também atrasou repasse de algum medicamento.

170 A Diretora de Assistência Farmacêutica, Maria Tereza Bertoldi Agostini, respondeu  
171 que a distribuição ambulatorial da Penicilina Benzatina já foi feita para os Municípios, e na  
172 última reunião da Comissão Intergestores Bipartite – CIB foi feita uma deliberação, onde  
173 elenca quais os hospitais que receberão a Penicilina Cristalina. E, em relação ao Ministério da  
174 Saúde, respondeu que há constantemente o atraso de medicamentos centralizados pelo MS. E  
175 disse que existe uma data específica para o Estado enviar a sua Programação e outra data  
176 específica para o MS mandar os medicamentos, porém esse prazo não é cumprido pelo MS.

177 A Conselheira Vanessa Andrea de Souza Baulé perguntou se existe alguma comissão  
178 técnica para estabelecer quais os critérios para a escolha de medicamentos que não serão  
179 desabastecidos. E se Santa Catarina faz parte da Comissão Nacional de Incorporação de  
180 Tecnologias no SUS - CONITEC, e se existe alguma comissão de Farmácia terapêutica, que  
181 emita pareceres, para evitar a judicialização.

182 O Elias Batisti, Diretor de Compras e Logística, respondeu que existem alguns tipos de  
183 doenças que têm prioridade de compra. Falou que há dificuldades na compra, no processo de  
184 licitação, algumas vezes, ou por falta de pessoal (servidor) para realizar o certame, ou por falta  
185 de fornecedores.

186 O Márcio, técnico da Diretoria de Planejamento do SES, complementou dizendo que o  
187 planejamento dos hospitais é feito em outubro, onde se estabelece o que e quanto comprar. E a  
188 Superintendência de Hospitais, da SES, repassa o pedido ao setor de compras, porém a  
189 demanda é muito maior que a capacidade orçamentária e financeira. Falou que há dificuldades  
190 no processo de licitação, já que 40 à 50% dos itens cotados geralmente estão com preços  
191 excessivos, ou não são cotados pelos participantes. Disse que a judicialização é muito mais  
192 abastecida que a Hospitalar.

193 A Diretora de Assistência Farmacêutica, Maria Tereza Bertoldi Agostini, falou, em  
194 relação à CFT (Comissão de Farmácia Terapêutica do Estado), falou que ela existe, está sob a  
195 coordenação de sua diretoria, e que ela é composta por representantes de Universidades,  
196 Unidades Hospitalares e Unidades Particular de Ensino. Disse que existe uma exigência para a  
197 documentação a ser analisada, e que, em relação à CONITEC, não há seccionais nos estados,  
198 como não há participação dos estados na CONITEC, em Brasília.

## 199 **ITEM VI – LEITOS DE HOSPITAIS PRÓPRIOS FECHADOS E O NÚMERO DE** 200 **SERVIDORES NECESSÁRIOS PARA REABRI-LOS**

201 O Gerente de Planejamento do SUS da SES, Marcus Aurelio Guckert, fez a  
202 apresentação sobre o tema.

203 O Conselheiro Nereu Sandro Espezim falou que o cálculo utilizado pela SES, de 6  
204 pacientes para 1 profissional, é diferente do cálculo do COREN e COFEN, que preconiza o  
205 cuidado qualitativo do paciente. Disse que é de extrema importância a abertura de concurso  
206 público para ativar os 252 leitos inativos de hospitais próprios por falta de profissionais. E  
207 relembrou da campanha eleitoral do Governador, que dizia que saúde era prioridade. E falou  
208 que essa falta de profissionais nos hospitais causa uma sobrecarga aos profissionais que lá  
209 atuam.

210 A Conselheira Vanessa Andrea de Souza Baulé falou que a SES deveria regulamentar  
211 a situação do profissional essencial, citou o exemplo da Reumatologia, que só tem 2  
212 profissionais da área, e ainda com risco de perdê-los, já que os contratos não podem ser  
213 novamente renovados. Perguntou qual o cálculo utilizado para estabelecer número de leitos  
214 necessários por habitantes, e se existe um trabalho de regionalização, uma gestão desses leitos,  
215 de acordo com o perfil do paciente. E perguntou o que está sendo feito a respeito dos leitos  
216 psiquiátricos, já que existem somente 6 no Estado.

217 O Gerente de Planejamento do SUS da SES, Marcus Aurelio Guckert, respondeu que  
218 de acordo com a Lei 1101, são necessários entre 2 e meio e 3 leitos para cada 1000 habitantes.  
219 Disse que, se for contar os leitos de todos os hospitais do Estado, Santa Catarina está dentro do  
220 cálculo, mas contando só os leitos de hospitais próprios, não. E falou que existe um estudo,  
221 para abrir concurso público o mais rápido possível.

222 O Gerente das Organizações Sociais, Mário Bastos, respondeu, em relação aos leitos  
223 psiquiátricos, que está sendo construída uma nova ala no Hospital Infantil Jeser Amarante  
224 Faria, que tem previsão de conclusão no final desse ano.

225 A Conselheira Helga Regina Bresciani falou que quando olha pros dados apresentados  
226 percebe que existe uma decisão política a ser tomada imediatamente. Falou que foi inaugurado  
227 a UTI do Hospital Waldomiro Calautti há aproximadamente 3 à 4 anos, com 12 leitos sem  
228 nunca ter funcionado, com toda estrutura estragando, disse que falta uma decisão política da  
229 gestão. Falou que, em relação ao orçamento e investimento da saúde do Estado, existe um  
230 baixo investimento na Atenção Básica, e em contrapartida um número maior de pacientes para  
231 área hospitalar. Falou que, hoje, a complexidade do paciente que entra nos hospitais é muito  
232 maior do que era a 25 anos atrás, porém o cálculo ainda é o mesmo, e os profissionais estão  
233 ficando doentes. Falou da política de recursos humanos da SES, que é de repor o servidor  
234 somente por motivo de aposentadoria, demissão ou morte. Acredita que é preciso ter uma  
235 decisão imediata, mas pensando no concurso, que é um trâmite que demora, e mesmo depois  
236 de contratar o profissional, ele não trabalhará de imediato na UTI, requer tempo para isso.

237 A Presidente, Cléia Aparecida Clemente Giosole, questionou, em relação à  
238 Maternidade Darci Vargas, quando falam do fechamento de 8, são leitos ou banco de leite, e  
239 qual o real motivo desse fechamento. Falou que infelizmente foi fechado o banco de leite, à  
240 noite, sendo que muitos partos são realizados nesse período.

241 O Gerente de Planejamento do SUS da SES, Marcus Aurelio Guckert, respondeu que o  
242 fechamento é relativo aos leitos da Maternidade, e foram fechados por falta de recursos  
243 humanos.

244 O Conselheiro Nereu Sandro Espezim propôs o encaminhamento de uma Resolução do  
245 CES ao Governador do Estado e ao Grupo Gestor, em caráter de urgência, para que não haja  
246 uma omissão por parte do CES, a respeito do assunto.

247 O Conselheiro Pedro Cezar Peliser perguntou qual a ocupação desses leitos hoje, se  
248 estão faltando leitos para internação, ou se esses 252 leitos que estão fechados, se reabertos,  
249 serão suficientes. E qual o critério para estabelecer a necessidade de aproximadamente 600  
250 funcionários para reabri-los.

251 O Gerente de Planejamento do SUS da SES, Marcus Aurelio Guckert, respondeu que o  
252 dimensionamento é feito pelos diretores dos hospitais, dando prioridade às UTIs e  
253 Emergências. E disse que a taxa de ocupação varia de hospital para hospital, sendo que os  
254 maiores fica em torno dos 99% e os menores 70%.

255 A Conselheira Helga Regina Bresciani falou que a Emergência do Hospital Regional  
256 de São José foi fechada por falta de vagas.

257 O Conselheiro Clécio Antônio Espezim disse que o Secretário Estadual de Saúde está  
258 ciente dessa situação, e que acontece mensalmente reuniões com os Diretores dos hospitais,  
259 onde é discutido esse assunto. Falou que o Secretário pediu urgência a contratação de  
260 profissionais. E disse que o COSEMS assinou uma Resolução para retomar a discussão da  
261 política dos hospitais.

262

263 **RELATO DAS COMISSÕES**

264 A Conselheira Maria Izabel Giroto, Coordenadora da CIST Estadual, relatou que  
265 houve, pela manhã, a reunião da Cist Estadual, e ficou decidido que as próximas reuniões  
266 serão no CEREST Estadual, e solicitou um gravador ao CES, para registrar as reuniões. E  
267 solicitou que o CES encaminhe um ofício aos Conselhos Municipais de Saúde, para que eles  
268 informem, se existe Cist, nos seus Municípios, se está legalizada, e qual sua composição.

269 A Conselheira Clarinda reforçou o importante papel dos Conselheiros nas comissões, e  
270 pediu que a Comissão Permanente Pelo Cumprimento dos Princípios Éticos e Legislação do  
271 SUS se reúna, para tratar da Regulamentação da Coordenação Estadual de Plenárias.

272 A Conselheira Helga Regina Bresciani sugeriu que, a reunião proposta pela  
273 Conselheira Clarinda, seja convocada com antecedência à Reunião do CES.

274 **DEFINIÇÃO DA PAUTA**

275 A Presidente, Cléia Aparecida Clemente Giosole, questionou aos Conselheiro se  
276 alguém gostaria de propôr algum item de pauta, não houve manifestação. Então propôs alguns  
277 itens de pauta:

278 Item 1 – Prestação de Contas do 1º Quadrimestre de 2017;

279 Item 2 – Publicização da lista de espera para procedimentos feitos pelo SUS;

280 Item 3 – Esclarecimentos das atribuições da CIB;

281 Item 4 – Resolução proposta pelo Conselheiro Nereu Sandro Espezim;

282 Item 5 – Conferências.

283 Nada mais havendo a tratar, a Presidência da sessão deu-a por encerrada, da qual a  
284 Secretaria do CES/SC lavrou a presente Ata.

285

Florianópolis, 03 de maio 2017.